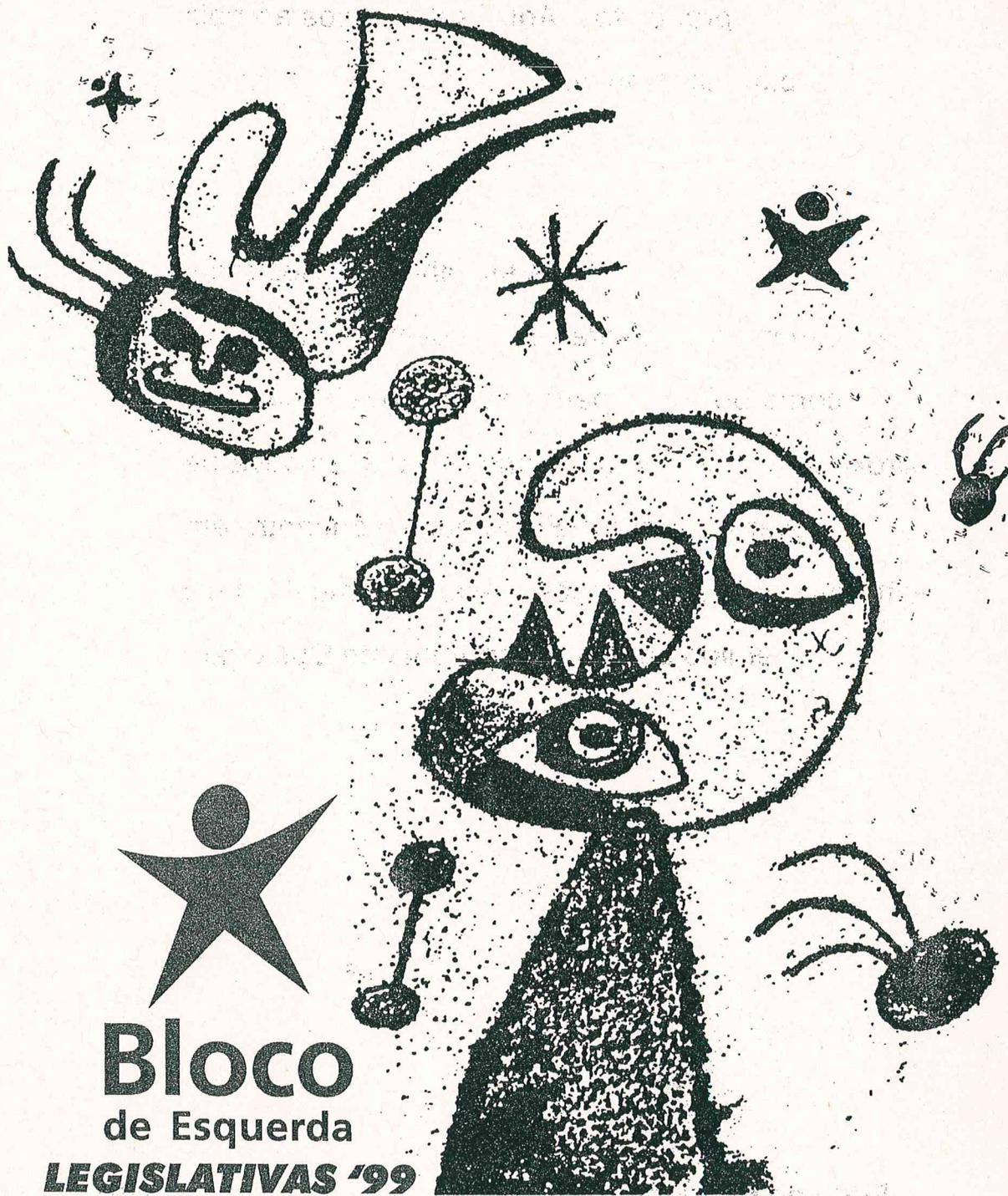
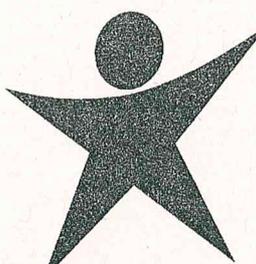


MANIFESTO DO BLOCO DE ESQUERDA
É TEMPO DE SER EXIGENTE




Bloco
de Esquerda
LEGISLATIVAS '99

O Bloco de Esquerda disputa as eleições legislativas de Outubro de 1999 com clareza de propósitos. Apresentamo-nos ao país com um Manifesto eleitoral e não com um “Programa de governo”.

A escolha é propositada. Apresenta um “programa de governo” quem fixe como objectivo participar na governação dos próximos 4 anos ou se afirme como alternativa de governo. Como o Bloco não se encontra em nenhuma das duas situações, este documento deve ser lido como um Programa de Oposição.



Bloco de Esquerda



O LUGAR DA NOVA ESQUERDA

**Não somos candidatos à governação,
mas à renovação da oposição.
Três razões explicam este posicionamento:**

A primeira é contingente e respeita à governação. Os socialistas vão continuar no executivo durante os próximos quatro anos. Preferimos que governem com maioria relativa a que governem com maioria absoluta, mas essa não é a questão principal desta eleição.

A questão fundamental é que, independentemente dos resultados, Portugal será governado por uma "Grande Maioria".

Em 2003 abre-se novo período ordinário de revisão Constitucional onde as decisões relevantes se tomam por dois terços, o que significa que PS e PSD, em nome do "regime" trocarão políticas concretas, à semelhança do que, aliás, já fizeram nestes últimos quatro anos. Esta negociação terá, aliás, de começar bem antes: por ocasião da revisão da lei eleitoral, uma matéria onde também são indispensáveis os dois terços.

O segundo partido, apesar de se pôr em bicos de pés contra "o faltar vilanagem" do PS, já anunciou a sua vontade de realizar "pactos" com o que classifica de "regabofe socialista". E nas últimas semanas o Largo do Rato vem insistindo na ideia de que há matérias - como a segurança social - que não deveriam ser objecto de disputa eleitoral, tal a sua importância para o país... A verdade é que os dois partidos centrais não apresentam entre si diferenças significativas de política, se têm entendido e vão continuar a entender sobre a generalidade das matérias em discussão e não existe, de momento, uma alternativa forte ao bloqueio político imposto pelo rotativismo.

A segunda é estratégica e respeita à alternativa. Se o Bloco procede a um balanço muito crítico do que tem sido a governação dos últimos anos, não retira daí que o país tenha só um problema de governo. De uma perspectiva de esquerda, o país tem, sobretudo, um sério problema de qualidade e força da oposição.



Enquanto este for o elo fraco, a esquerda não estará em condições de se apresentar como alternativa de governo, a não ser que se queira enganar a si própria.

A terceira é metodológica e respeita ao exercício da política. A renovação da esquerda política - o propósito que levou à formação do Bloco - passa por um claro compromisso com as eleitoras e os eleitores sobre o lugar de onde partimos para responder à "crise da política" enquanto exercício do poder. E esse lugar é o da sociedade, o lugar dos activismos cívicos, sociais e culturais que exercem o seu direito a uma cidadania activa.

A renovação da esquerda é um processo longo. As esquerdas acumularam défices de pensamento crítico muito variados, confrontaram-se com desenlaces históricos que muitos ainda não digeriram e recuaram perante a violência de uma ofensiva neo-liberal em escala planetária.

No caso português, ao peso dos factores acima enunciados deve acrescentar-se um factor suplementar de impasse: a fractura que se vem consolidando entre a presença nos movimentos sociais e a capacidade de traduzir, com eficácia, no plano político e institucional os objectivos de mudança a que aspiram os sectores mais progressivos da sociedade portuguesa. É este o principal desafio a que o Bloco de Esquerda se propõe responder nesta eleição e posteriormente no tipo de acção parlamentar que irá desenvolver.

**Porque somos candidatos à renovação da oposição
apresentamos o documento apropriado a esse
objectivo: um Manifesto que situe com clareza os
combates que queremos travar nos próximos quatro
anos.**

O HORIZONTE DA NOVA ESQUERDA

O título “é tempo de ser exigente” situa com rigor o confronto qualitativo desta eleição. Ele passou a ser evidente quando os socialistas se propuseram conquistar a maioria sob o pano de fundo da fotografia do primeiro-ministro com a frase “Portugal em boas mãos”.

Há 4 anos, António Guterres disse aos eleitores: “a nova maioria é sua”. Quatro anos depois a promessa de apropriação da política pelos cidadãos foi esquecida: porque agora o país já está “em boas mãos”.

Custa a crer como o PS se atreve a explorar em benefício próprio o mais conservador dos comportamentos nacionais - esperar resignadamente que “os de cima” resolvam todos os problemas. Mas é preciso reconhecer que faz sentido. A política portuguesa mergulhou num pântano e o PS convenceu-se de que governar é adoptar boa parte das políticas tradicionais da direita e mesmo o seu discurso mais profundo.

À estratégia de conquista do eleitorado mais conservador, o Bloco só poderia opôr uma ideia refundadora das melhores tradições democráticas e socialistas: a ideia forte de que os cidadãos, em particular os mais fracos, devem ter a coragem de tomar o destino nas suas próprias mãos. Foi isto que aconteceu na revolução que transformou o país depois de 1974. É a este impulso que chamamos hoje quantos têm consciência que melhores futuros não se constroem com presentes anestesiados.

O Manifesto parte de um balanço qualitativo aos anos de crescimento económico e aos seus efeitos sobre as condições materiais de existência, o sistema de valores sociais e culturais que alimentou e o modo como contribuiu para o bloqueamento do próprio sistema político. É uma crítica muito dura e dela decorrem as propostas que apresentamos, articuladas em três grandes combates - pela justiça, pela qualidade e pela democracia.

Lidas no seu conjunto, as propostas dão expressão política à indignação e, simultaneamente, estabelecem um horizonte de ruptura civilizacional com a ordem neo-liberal vigente. E é disto mesmo que trata o Manifesto: de propostas que nos



aproximam de uma outra ordem, que reclamam a urgência de uma sociedade regida por valores de solidariedade, respeito pelas diferenças e universalismo.

A esquerda é o lugar de onde vimos e para onde vamos. **Um lugar onde a igualdade** seja a condição da liberdade de cada um. Um lugar onde o poder só valha a pena se for distribuído pelos que dele são excluídos:

Um lugar onde seja possível avaliar a humanidade pelo que cada um é e não pelo que tenha.

**A democracia, a ecologia e o socialismo
são o nosso horizonte. Em palavras e em actos.**

OUTRA EUROPA

**“É tempo de ser exigente” aplica-se igualmente
ao próprio Bloco de Esquerda e ao modo
como vem construindo as suas propostas
e presença na sociedade.**

Assumimos uma primeira limitação: este novo movimento tem menos de um ano de existência e não dispõe, por isso, de um património de proposição política que lhe permita estar igualmente à vontade em todos os domínios da vida social. O Manifesto reflecte isso mesmo.

Nem por isso deixamos de reclamar a exemplaridade: em menos de seis meses, e apesar da limitação enunciada, o Bloco conseguiu colocar na agenda política dois temas políticos da maior importância: a despenalização das drogas e a necessidade de uma revolução fiscal. Em ambos os domínios demonstrámos a capacidade para formular objectivos claros e proceder à sua sustentação técnica. O que fizemos nestes casos faremos com muitos outros e esse compromisso podemos garanti-lo porque o Bloco elabora as suas propostas a partir de discussões públicas e recorrendo a ideias, opiniões e sugestões de especialistas que muitas vezes não integram este movimento, mas nele reconhecem uma sincera disponibilidade para ouvir e aprender. O Manifesto que hoje apresentamos é, por isso, um documento dinâmico.

Não renunciamos à memória e prezamos a coerência. O Manifesto remete para as propostas no domínio da política externa e sobre a União Europeia que



foram apresentadas no seu compromisso eleitoral para as eleições europeias, o *Contrato pela Europa*, e que continuam a ser fundamentais para a luta política europeia da esquerda renovada.

O Bloco de Esquerda inscreve-se na tradição europeia do exercício da contestação dos poderes sempre que eles abusem da sua força, favoreçam a exploração dos fracos ou excluam alguém dos benefícios que garantem à maioria. Esta tradição, tão antiga quanto a história da humanidade, prolonga-se em todas as esquerdas que na época moderna combateram e combatem não só as ditaduras, mas também as perversões do liberalismo, a desigualdade nas democracias e a alienação decorrente da massificação da economia.

O Bloco de Esquerda inscreve-se igualmente na tradição civilizacional mediterrânica, que sobrevive penosamente na Europa do Sul e que reconhece o valor das pequenas comunidades, sua autonomia e auto-governo.

É para nós evidente que a opulência, a iniquidade, a delapidação dos recursos naturais e energéticos e o agravamento das desigualdades constituem um problema mundial e não apenas nacional. Por isso queremos Portugal do lado dos mais fracos e não de joelhos ante os mais fortes. Queremos um país que assuma como prioridade os mais fracos dos seus e seja solidário com quantos sofrem por todo o planeta.

Queremos Portugal numa União Europeia refundada na base de uma Carta dos Direitos de Cidadania e dos Povos. Uma União que seja um espaço de democracia participada, de justiça social, emprego e combate à degradação ambiental. Uma União alargada de povos e de culturas, animada por uma visão humanista e solidária das relações mútuas, onde as políticas comuns respeitem os interesses vitais das nações.



UM BALANÇO CRÍTICO

Quem ache que o país está no bom caminho deve votar no PS. Mas quem pense que o país vive anestesiado pela ilusão do consumismo e do crescimento económico, só pode votar à esquerda.

Ao contrário do que muitos possam pensar, casa própria, carro e electrodomésticos não chegam para definir uma vida com qualidade. E o crescimento económico dos últimos anos, longe de ser uma estrada de sucesso, tem sido injusto, desequilibrado, dependente e muito frágil.

UM CRESCIMENTO INJUSTO

Porque a diferença que separa o grupo dos mais ricos do grupo dos mais pobres não parou de aumentar. Este é o facto relevante e ele põe directamente em causa as opções sociais dos últimos governos e o alcance político de algumas medidas entretanto tomadas.

Por exemplo, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), se permitiu melhorar os níveis de subsistência de famílias em situação de extrema pobreza, não evitou o agravamento das injustiças sociais nos últimos 4 anos. No essencial, o RMG tem sido a almofada de uma realidade que se mantém inalterada: os baixos salários como vantagem competitiva da economia portuguesa e pensões sociais claramente abaixo do limiar de sobrevivência.

Para o Bloco de Esquerda o crescimento económico não constitui um objectivo em si mesmo. O crescimento que nos interessa é o que significa desenvolvimento e contribui para reduzir as injustiças sociais.

Colocar o ser humano no centro da economia começa precisamente por aqui.



UM CRESCIMENTO DESEQUILIBRADO

Porque o mundo rural se continua a desertificar e a envelhecer, e a precarização geral das condições de trabalho se constituiu na face oculta da 'modernização' do litoral. Estes são outros factos relevantes e eles põem directamente em causa as opções económicas dos últimos governos e as suas políticas de obras públicas.

Por exemplo, o brutal investimento concretizado na rede viária do país traduz uma opção pela circulação de pessoas e mercadorias com base na indústria automóvel. Esta escolha tem consequências negativas duráveis no ambiente, na qualidade de vida oferecida pelas cidades e no isolamento das comunidades mais pequenas.

O Bloco de Esquerda defende o planeamento democrático orientado por objectivos sociais e de ordenamento equilibrado do território. Sustenta que compete ao Estado definir os direitos de quem trabalha e as obrigações da economia com a Natureza. E pensa que ao Estado e à economia social compete a liderança dos domínios da vida económica e social que devem estar fora da alçada do mercado.

UM CRESCIMENTO DEPENDENTE

Porque Portugal se vem paulatinamente transformando num país especializado em turismo e serviços subsidiários, aceitando passivamente a lógica da divisão internacional do trabalho. Este é mais um facto relevante e ele põe directamente em causa a estratégia de "chegar ao pelotão da frente" a qualquer preço.

Por exemplo, a política de isenções e benefícios fiscais tem privilegiado o sector financeiro em detrimento do industrial e o mesmo se passa com o IRC. Assim se vem agravando a desvantagem que o país já tinha pelo facto de ter realizado uma industrialização fraca e tardia. E na agricultura, a submissão à Política Agrícola Comum (PAC) favorece os grandes proprietários contra os pequenos e os monopólios da distribuição contra os produtores.



O Bloco de Esquerda combate a ditadura imposta pelo sector financeiro à economia e o modo como se apropria dos resultados da criação de riqueza material. O desenvolvimento económico do país deve erguer-se sobre as únicas vantagens que contarão no futuro - elevados índices de formação e correspondentes salários, aposta na investigação científica, na qualidade de produção, e no investimento dirigido à satisfação de velhas e novas necessidades colectivas.

UM CRESCIMENTO PERVERSO

Porque o acesso de muitas famílias a um conjunto importante de bens de consumo individual, directamente proporcional à sua capacidade de endividamento bancário, não tem tido correspondência na qualidade de vida colectiva. Este é o facto relevante e ele põe em causa as políticas urbanas, ambientais e de ordenamento do território seguidas pelos governos e a esmagadora maioria dos municípios.

Por exemplo, a qualidade de vida oferecida pelas grandes cidades não melhora. Pode mesmo dizer-se que boa parte dos investimentos têm agravado os problemas que visam resolver. É o caso, quando os governos e as câmaras beneficiam o transporte individual sobre o colectivo ou os dormitórios sobre o equilíbrio urbano. A verdade é que os promotores imobiliários conseguiram “privatizar” boa parte dos autarcas que deles dependem para “mostrar obra”.

O Bloco de Esquerda bate-se por políticas que estabelecem novos padrões de civilidade para a vida colectiva. Queremos rever as leis de ordenamento do território, separamos o direito de propriedade do solo do direito de edificação. Somos favoráveis à criação de autoridades de planeamento metropolitano e regional envolvendo o Estado central (as Comissões de Coordenação Regional), os municípios e processos de auscultação das populações. Nomeadamente na escolha das aplicações dos dinheiros do III Quadro Comunitário de Apoio são indispensáveis processos de auscultação democrática alargada em cada região.

UM CRESCIMENTO MERCANTILIZADO

Porque em Portugal se vem assistindo a um processo contínuo de mercantilização da vida e dos serviços de natureza pública ou social, com consequências negativas sobre a segurança e os direitos dos cidadãos à educação, à justiça, à saúde e à circulação e comunicação. Este é o facto relevante que põe em causa a conviência dos governos com os interesses económicos e/ou corporativos instalados.

Por exemplo, a morosidade na Justiça não é igual para todos e o direito a uma defesa digna e combativa depende do dinheiro que se tenha.

No caso da saúde, é vergonhosa a parasitagem do sector privado ao sector público, bem como a insistência num modelo de saúde que privilegia o tratamento sobre a prevenção.

Finalmente, na educação estão à vista de todos, os desgraçados resultados qualitativos de um modelo de massificação do ensino superior com base no sector privado.

O Bloco de Esquerda defende um modelo de sociedade onde a satisfação das necessidades básicas da população esteja subordinada a critérios de interesse público e não da busca de lucros. Pronuncia-se claramente por um papel supletivo para a iniciativa privada nestes domínios, por uma clara separação entre sectores e por mecanismos de participação dos utentes nas políticas, preços e controlos de qualidade dos serviços públicos e sociais.

EGOÍSMO SOCIAL E CONSERVADORISMO

Porque em Portugal a modernização e a emergência da sociedade de consumo não trouxeram consigo, salvo em sectores urbanos muito restritos, uma maior libertação de hábitos, o desenvolvimento das solidariedades ou um novo respeito pelas diferenças culturais das diferentes comunidades que vivem em território nacional. Pelo contrário, a competição agravou brutalmente os comportamentos de egoísmo social e os valores de reconhecimento estritamente associados ao enriquecimento e posse de bens materiais ganharam terreno. Estas são as consequências imateriais mais relevantes das governações ao centro político e da submissão às regras impostas pelo neo-liberalismo.

Por exemplo, a modernização revelou-se compatível com o mais profundo conservadorismo no momento da consulta popular sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. E os socialistas prepararam-se para manter a Concordata com a Igreja católica e as isenções e benefícios fiscais às confissões religiosas, quando um Estado laico deveria apenas apoiar o trabalho social que estas realizassem.

O Bloco de Esquerda pronuncia-se pela existência de um Estado laico que assegure a privacidade das opções religiosas. Pronuncia-se abertamente pela igualdade de direitos entre sexos, pela educação sexual e pela livre escolha da orientação sexual. E sustenta o multiculturalismo como condição da cidade moderna que não se rende à intolerância ou à massificação cultural.

CRISE DA DEMOCRACIA

Porque em Portugal se tem vindo a criar uma fractura profunda entre a política e a vida quotidiana das populações. A nossa democracia transformou-se num exercício de confirmação de primeiros ministros ou presidentes de câmaras, quando o voto deveria servir para escolher ideias e programas.

É uma democracia do insulto, ocultando a ausência de diferenças substantivas.

É uma democracia do espectáculo, onde se anulam todas as complexidades em nome da eficácia comunicacional e se exploram as piores emoções.

É uma democracia subsidiodependente, onde os mais fortes recebem sempre os maiores apoios.

E, finalmente, é uma democracia de monopólio partidário, onde o exercício do poder é, cada vez mais, um exclusivo do rotativismo político ao centro.

Estes são os factos relevantes que a revisão constitucional não contribuiu para resolver e eles põem em causa a respeitabilidade das instituições democráticas do país.

Por exemplo, o caso das viagens fantasma evidencia o modo como os deputados legislam em causa própria e as mordomias que para si mesmo estabeleceram. Não é possível contrariar a abstenção, o alheamento e o populismo anti-partidos enquanto o exemplo não partir de cima e a democracia se restringir à sua dimensão representativa.

A democracia porque nos batemos é a que articula os mecanismos da democracia representativa com a participação cidadã. O Bloco pronuncia-se pelo apoio sem condições a velhas e novas formas de organização em escala humana, capazes de contrariarem a diluição do indivíduo na economia, na política e na comunicação de massas. E sustenta processos de transparência, prestação de contas, separação clara de poderes e fim do monopólio partidário da representação política.

Ser exigente é votar contra a anestesia colectiva renovando as razões da cidadania.

Queremos a política no comando da economia.

Queremos a justiça no comando da política.

Queremos transparência e participação.

Principalmente, queremos cidadãos e cidadãs bem mais exigentes consigo mesmo e com o país.

TEMOS CORAGEM

O Bloco não procura o consenso.
Não temos medo do que 'fractura'. Bem pelo contrário, o
que falta ao país são medidas corajosas.

A nossa coragem é a de atacar o sentido que as coisas levam, começando pela principal das reformas, a de que todos falam, mas ninguém concretizou até hoje: uma revolução fiscal.

Esta grande reforma visa, desde logo, garantir que todos paguem em função dos rendimentos que auferem. Não somos contra os impostos, mas somos resolutamente contra a injustiça nos impostos. E queremos impostos com justiça para que possamos decidir democraticamente do uso dos dinheiros públicos.

Nós queremos que os impostos ajudem a combater as situações sociais mais graves, garantam o futuro da segurança social e promovam o desenvolvimento económico que mais interessa para o futuro. Queremos que as aplicações dos dinheiros dos contribuintes sejam democraticamente discutidas.

PORQUE SE ADIA SEMPRE?

Porque mais de metade dos contribuintes não paga imposto. Quem paga são os trabalhadores por contra de outrem, que não têm como fugir, ou os profissionais liberais e os empresários sérios que, como se sabe, não abundam. São estes que pagam por todos os que praticam a fraude.

Mais de 57 mil empresas não declararam IRC em 1998 e dois terços das existentes declararam resultados nulos ou negativos. O país estaria na falência se isso fosse verdade...

A média declarada dos rendimentos mensais das profissões liberais anda pelos 70 contos. E a dos 184 mil empresários individuais pelos 29 contos. Só acredita quem quer, quando o rendimento mensal declarado dos futebolistas não ultrapassa a centena de contos...

**Ser exigente não é apenas
dizer o que é justo e necessário.**

**A novidade desta esquerda é que agarra de frente os
meios para as políticas que defende.**

**Através de uma Reforma Fiscal, muito clara nos seus
objectivos e tecnicamente sustentada, o Bloco abre novos
horizontes de justiça e qualidade para a nossa vida.**

OS GRANDES COMBATES DO BLOCO

FIM DO SIGILO BANCÁRIO

**Ser exigente é pôr fim ao consenso da injustiça.
É por isso que a revolução fiscal começa pelo
combate à fraude e à evasão fiscal.**

Três medidas são, a este nível, exemplares: é preciso acabar com a protecção à evasão que lhe é dada pelo sigilo bancário; é inevitável, no IRS, generalizar-se a dedução à colecta em alternativa aos abatimentos à matéria colectável; e, finalmente, deve ser estabelecido um regime rigoroso de colecta mínima para empresários individuais e profissões liberais.

O FIM DO SIGILO E DIREITOS INDIVIDUAIS

O fim do sigilo bancário não significa a devassa da vida privada.

Na nossa proposta, os funcionários da administração fiscal com acesso à informação bancária estão obrigados à confidencialidade e o contribuinte sobre quem recaiam dúvidas deve ser antecipadamente notificado do facto.

Só em caso de recusa em prestação de informações complementares o funcionário fiscal terá o direito de solicitar informação bancária e na presença do interessado. O interessado pode ainda recorrer para os tribunais, com efeito suspensivo e decisão judicial em tempo útil.

JUSTIÇA FISCAL

**Ser exigente é atacar as desigualdades mais gritantes.
Não é preciso que os que pagam paguem mais.
É preciso que cada um pague em função do que aufera.**

Num país como o nosso, onde as carências em equipamentos e serviços sociais são imensas, o que se deve exigir é uma repartição justa da carga fiscal e não a diminuição geral dos impostos. Os rendimentos líquidos mais baixos (até mil contos) devem beneficiar de reduções, os médios devem manter a carga actual e os muito elevados devem aumentar a sua contribuição. Este é o sentido das nossas propostas em matéria de IRS. Mas há mais. Defendemos a criação de um imposto excepcional sobre as grandes fortunas, destinado a financiar opções de solidariedade, o que se afigura de elementar justiça para quem tem uma prolongada herança de favorecimentos fiscais.

E sustentamos a necessidade de um imposto de 0,1 por cento sobre todas as operações internacionais em divisas, a funcionar em escala mundial e em particular no âmbito da União Europeia, com vista à resolução dos principais problemas de fome no planeta.

DIREITO À DIGNIDADE

Ser exigente é não aceitar o fosso entre pobres e ricos. É, em nome dos idosos de hoje e de amanhã, defender um sistema público, garantido e participado de Segurança Social de todos e para todos.

A primeira e mais importante exigência da sociedade aos governantes é a do nivelamento das pensões de reforma pelo salário mínimo nacional. Esta medida beneficiaria hoje mais de 1 milhão de portugueses e representa um custo adicional de centenas de milhões de contos por ano. O nosso programa de urgência para a reforma fiscal está em condições de pagar esta escolha social e, simultaneamente, garantir a sustentabilidade a prazo do sistema de Segurança Social.

A ideia de uma Segurança Social universal e de solidariedade entre gerações - para a qual todos descontem o que é devido em função dos seus rendimentos e venham a receber o que seja de direito -, é uma das principais aquisições sociais deste século.

É possível sustentar o futuro da Segurança Social desde que, na reforma fiscal se crie, entre outras medidas, uma Contribuição Social Geral a uma taxa de 2 por cento sobre o conjunto dos rendimentos, como actualmente se faz em França, tendo como contrapartida a melhoria da situação fiscal dos mais pobres. **O Estado e as empresas** deverão igualmente amortizar nos próximos 10 anos a sua imensa dívida à Segurança Social. E o resto depende da vontade política para criar emprego, tornar efectivo o trabalho precário, diminuir o recurso aos recibos verdes, legalizar a imigração e favorecer o acesso das mulheres ao trabalho, aumentando o volume das contribuições.

PPR's

As seguradoras querem que só descontem para a Segurança Social os rendimentos até 300 contos e que o resto seja obrigatoriamente capitalizado em fundos privados, aqueles que depois entram no casino da especulação internacional.

Nós não temos nada contra que cada um desconte para PPR's o que entenda - desde que cumpra sobre a totalidade dos seus rendimentos as obrigações com a solidariedade. Porquê? Porque temos a certeza que um sistema para o qual descontem apenas os rendimentos baixos, só pode dar, no futuro, uma segurança social ainda mais pobre do que a de hoje. Seria um moderno e trágico regresso à caridade.

DIREITO A TRABALHAR COM DIREITOS

Ser exigente é combater pela centralidade do trabalho na vida do país: porque é o trabalho que produz aquilo de que vivemos. E porque o trabalhador merece não continuar a ser expulso para o século XIX, onde moravam a precariedade, o abuso e a falta de direitos.

A grande inversão na política nacional deve ser a modernização do trabalho. Defendemos nesse sentido três medidas decisivas. O prazo de duração dos contratos a prazo deve ser reduzido a um ano, evitando-se simultaneamente o recurso empresarial à rotação de trabalhadores para contornar esta nova legislação. As sub-empregadas não poderão dispensar as obrigações patronais



para a segurança social. E a política salarial deve visar a recuperação do poder de compra, com aumentos acima da taxa de inflação, redistribuindo, portanto, os ganhos de produtividade em favor do trabalho que os gerou. Desta forma, o Bloco combate a desqualificação do trabalho e a imposição de flexibilidades degradantes dos direitos do trabalhador.

Defendemos uma nova distribuição do emprego: Devem beneficiar de reduções de IRC as empresas que aceitem praticar desde já horários de 35 horas semanais sem redução de efectivos ou salários. O mesmo deve acontecer com as despesas de investigação e desenvolvimento tecnológico que não conduzam a despedimentos. E a redução para as 35 horas deve ser contratualizada e imposta por lei no decurso dos próximos 4 anos.

Sustentamos políticas activas de emprego. Um programa nacional de criação de emprego deve conjugar esforços privados e públicos, em particular para a estabilização do emprego dos trabalhadores flexíveis e para a criação de emprego em áreas estratégicas como a saúde (a começar pelos centros de saúde), a educação (a começar pelo pré-escolar), o acompanhamento dos idosos, o combate à toxicod dependência e os programas de tratamento e reinserção, a defesa do ambiente e a promoção da criação cultural.

Queremos prevenir as crises: Defendemos a criação de um Fundo de Solidariedade-emprego, destinado a financiar situações de crise industrial, criado a partir de contribuições das empresas sobre horas extraordinárias e indemnizações por despedimento ou não concessão de férias.

SEMANA DAS 35 HORAS

A redução do horário de trabalho para 35 horas semanais não é apenas indispensável para combater o desemprego em Portugal.

É uma reforma que permite reorganizar horários de funcionamento nas áreas metropolitanas, facilitando as entradas e as saídas nas cidades.

E é uma reforma decisiva para as mulheres: ela representa a possibilidade de melhor conciliar a vida familiar com a vida profissional e uma razão acrescida para outra repartição das tarefas domésticas entre os sexos, outra atenção aos filhos e ao uso dos tempos livres.

A RIQUEZA DA DIVERSIDADE

Ser exigente é ser intolerante para com a intolerância. A defesa da pluralidade racial e cultural do país é por isso um critério fundamental para definir a qualidade de vida colectiva do país.

A manutenção da situação degradante dos imigrantes clandestinos tem sido um dos instrumentos de exclusão social e de embaratecimento do trabalho, agravada pela exclusão cultural de comunidades silenciadas. Para responder, desafiar e transformar esta realidade, o Bloco defende a legalização de todos os imigrantes indocumentados, a libertação das pessoas detidas por acusação de falta de papéis e o conseqüente fim das expulsões e encerramento dos centros de reclusão de imigrantes. A abolição do "delito de solidariedade" para com os imigrantes decorre desta nova política de abertura, que inclui o direito de reagrupamento familiar sem restrições. E o Bloco defende igualmente a concessão do direito de asilo para as pessoas que abandonam o seu país na conseqüência de guerras, perseguições políticas, religiosas ou étnicas ou desastres naturais.

VALORIZAR A TERCEIRA IDADE

Ser exigente, para lá do valor das pensões, é ter a coragem de encarar a terceira idade como uma força útil à sociedade e não como um encargo da má consciência colectiva.

A população portuguesa está a envelhecer. Temos cada vez menos filhos e vivemos cada vez mais anos. A qualidade de vida na terceira idade é, por isto, uma questão do futuro a que se deve responder desde hoje.

O dinheiro não é tudo. Por si só, ele não resolve o problema da solidão, do isolamento e o abandono dos idosos pelas famílias. Nem resolve a total dependência de um sistema de saúde que é dos mais ineficazes e caros da Europa.



O problema da sociedade com os idosos não é, apenas, com os que frequentam os centros de dia e os acamados, mas com os que ainda estão activos. Por isso defendemos o apoio a todas as associações e cooperativas que promovam os saberes dos idosos em formas de economia social de rendimento, o desenvolvimento de serviços públicos de assistência aos incapacitados e a colaboração com organizações não governamentais (ONG's) que se dediquem à formação e animação permanentes, envolvendo as diferentes gerações das famílias.

INVESTIR NA VIDA EM COLECTIVO

O aproveitamento dos saberes dos idosos tem contrapartida parcial nos bens que podem gerar. A educação de adultos, mais do que alfabetizar, deve privilegiar a ocupação comunitária do tempo disponível. Os serviços de apoio domiciliário criam novo emprego para jovens e apontam uma das direcções para a melhoria do sistema nacional de saúde. Os idosos têm tanto direito a repartir o seu tempo entre ocupação e ócio como os jovens e os activos.

LUGAR AOS NOVOS

Ser exigente é considerar que uma sociedade que conserva os filhos em casa dos pais até aos 30 anos, só pode estar doente. A autonomia plena dos jovens é uma escolha de civilização

Para a família e para a escola, os jovens são menores. Mas para as empresas, para a publicidade e para a Justiça, os jovens são tão adultos como quaisquer outros.

Os mais conservadores não querem que eles tenham educação sexual na escola, apesar da SIDA e apesar de ninguém os conseguir prender em casa à noite.

Ninguém os prende em casa, mas muito menos eles podem sair de lá antes dos 30 anos, mesmo que casem e concluam cursos superiores. O curso não garante emprego satisfatório e já não há salário seguro. Resultado: mesmo casados, muitos continuam com os pais.

O Bloco sustenta que a autonomia deve ser o objectivo das políticas direccionadas aos jovens. Somos pela gratuidade em todos os níveis de ensino e por um largo debate público sobre a reforma da educação. Somos por contratos estáveis de trabalho depois de um ano à experiência. Somos por contratos de aprendizagem obrigatórios e pagos, em caso de desemprego até aos 21 anos. Somos pela educação sexual, a legalização de todas as formas de união, independentemente da orientação sexual. E somos por políticas de habitação para jovens, que favoreçam a independência das famílias.

DESPENALIZAR AS DROGAS

Ser exigente é encarar novas respostas para velhos problemas. É responder aos problemas que a vida põe, em vez de se invocar a vida adiando a resolução dos problemas.

Recentemente o governo descriminalizou o consumo de drogas. É apenas uma meia medida: os heroinómanos continuam a ter que procurar no mercado clandestino o produto que os oprime e vão continuar a ser presos por crimes associados a essa dependência. O Bloco propõe uma nova abordagem para o problema:

Autorize-se a venda de cannabis em estabelecimentos próprios, separando este mercado do das drogas duras.

Despenalizem-se todos os consumos. O Estado deve criar os meios para que o toxicodependente não esteja condenado a recorrer aos traficantes. Mas não se deve confundir, por exemplo, a distribuição de metadona, que é um opiáceo, com política de tratamento.

Invista-se no tratamento e recuperação livre de drogas, através de serviços ambulatoriais e comunidades terapêuticas. Actualmente existem apenas duas comunidades do Estado (37 camas!)

Finalmente, concentrem-se os esforços de polícia no tráfico, acabe-se com o sigilo bancário e com o off-shore da Madeira, onde se branqueiam os capitais da droga.

UMA ECONOMIA PARA A VIDA E O AMBIENTE

Ser exigente é prevenir agora o que será mais tarde irremediável. A nossa economia copia, em pior, o que foi feito no primeiro mundo. Precisamos de outras escolhas. As que nos colocam no futuro.

O Bloco propõe a utilização da política fiscal para reorientar o crescimento económico para a qualidade de vida e para a defesa do ambiente.

Para o mundo rural: Sustentamos a necessidade da administração segundo critérios nacionais dos subsídios da Política Agrícola Comum. Defendemos o incentivo e créditos fiscais ao investimento que seja criador de emprego e não delapidé recursos escassos. Deve ser promovida a eficiência no uso da água e incentivada fiscalmente a redução dos volumes de nitratos nos cursos de água, a exemplo do que se tem feito, com sucesso, na Suécia. Somos pela criação de um imposto específico sobre pesticidas e o uso dessas receitas em alternativas biológicas. E defendemos que mudanças de localização dos contribuintes de áreas urbanas para zonas rurais devem beneficiar de deduções em IRS.

IVA

Os produtos de primeira necessidade, produtos 'verdes' e reciclados, iniciativas de auto-emprego e de economia social, serviços de proximidade, protecção ambiental e substituição energética e agricultura biológica, devem beneficiar de IVA reduzido a 5 por cento, do mesmo que os produtos de luxo devem passar a ser taxáveis a 30 por cento.

Para economizar recursos e diversificar as fontes de energia: Somos favoráveis a uma estratégia de desenvolvimento do gás natural, bem como a incentivos à dotação dos equipamentos urbanos com painéis solares. Defendemos crédito bonificado para todas as melhorias em isolamento e eficiência térmica. Sustentamos políticas de reciclagem do vidro em detrimento do petróleo (plásticos) e que os materiais da fileira florestal que não tenham pelo menos 30 por cento de incorporação de reciclados sejam sobre-taxados. Finalmente, pronunciamos-nos pela manutenção da actual estrutura do preço da gasolina e por limitações à circulação privada em áreas urbanas protegidas, nomeadamente nos centros históricos das cidades.



SERVIÇOS PÚBLICOS EFICIENTES

**Ser exigente é não olhar para o país
com os óculos da publicidade.**

**Os cidadãos devem intervir na formação
dos preços e controlo da qualidade dos serviços públicos.**

O que os consumidores esperam dos serviços públicos, sejam eles 'monopólios naturais' - como a água, a electricidade ou o gás - ou estejamos a falar de bens mais 'complexos' como os fornecidos pelos sistemas de transporte e telecomunicações, são exigências bastante simples: garantia de serviço, eficácia e qualidade, preço razoável e protecção contra qualquer tipo de exploração. Sustentamos que estas exigências têm a obrigação de ser melhor servidas por empresas de capitais públicos. Mas esta opinião não isenta os operadores privados de responsabilidades sociais, bem pelo contrário.

O preço de um serviço público deve ser um preço social e não um preço de mercado, independentemente da propriedade. **E os lucros da empresa** que presta o serviço têm de ser lidos como um imposto cobrado ao utilizador. É por isso que propomos a criação de uma Agência Nacional de Defesa do Consumidor, instituto do Estado, mas independente do governo e com representação dos consumidores, que tenha poderes legais para fixar com as empresas os tarifários dos principais serviços públicos, as margens de lucro admissíveis e os parâmetros de qualidade exigíveis.

TELEVISÃO E INTERNET

**Ser exigente é defender um serviço público de televisão.
E é defender a generalização
do computador pessoal e o acesso à internet.**

Dos serviços públicos deve ter-se uma ideia dinâmica. Por exemplo, a internet é um serviço público global, tão indispensável ao lazer quanto ao trabalho e ao conhecimento. Por esta razão partilhamos as reivindicações dos internautas, nomeadamente o acesso à internet por assinatura e não por tempo de uso. E sustentamos a necessidade de um programa de venda massiva de computadores a 100 contos e sem juros para os adolescentes em todo o país. O computador é a principal ferramenta de conhecimento deste fim de século e é a essa luz que deve ser entendido.

Se somos muito claros quanto a privilegiar os meios no que toca a instrumentos onde o vector educativo é estratégico, já quanto à televisão, onde o entretenimento adquire centralidade, a política deve focar-se nos conteúdos.

O Bloco defende o conceito de serviço público em televisão. Somos favoráveis a um canal de serviço público sem publicidade. A situação actual não serve a ninguém - em nome das audiências não há serviço público relevante e no entanto pagamo-lo nos prejuízos anuais da RTP. Esta empresa tem de ser reestruturada e, nesse contexto, devem ser encarados canais de serviço público especializados para a rede de cabo.

A prestação de serviço público deve ser extensiva aos canais generalistas privados no domínio da informação e da componente de produção nacional. Deve igualmente diminuir o volume global de publicidade autorizada durante o horário de programação. Esta medida, bem como o fim da publicidade no canal do Estado, é essencial para viabilizar os mercados radiofónico e da imprensa escrita.

DIREITOS CÍVICOS E POLÍTICOS

Ser exigente é garantir a expressão da diferença, a pluralidade das opiniões e a representação dos cidadãos.

A democracia representativa que temos ainda não é universal. Defendemos por isso o alargamento do direito de voto aos jovens com 16 anos, a idade em que já se pode trabalhar e ser julgado e condenado como adulto. Sustentamos que o direito de voto deve ser concedido para todas as eleições a todos os estrangeiros que o desejem, desde que vivam em Portugal há, pelo menos, 5 anos. Finalmente, é indispensável que um eleitor(a) possa exercer o seu direito de voto em qualquer ponto do país, independentemente da freguesia onde se encontre inscrito.

Defendemos uma reforma do sistema eleitoral que garanta duas grandes inovações. Deve ser aceite o direito de apresentação de candidaturas independentes a todas as eleições, mediante requisitos mínimos. Deve ser instituído um círculo nacional que elege 35 deputados e reformulado o mapa eleitoral na base de círculos de 3 a 15 deputados a serem eleitos a partir dos concelhos actualmente definidos ou da sua agregação.

Finalmente, o aumento das responsabilidades dos deputados implica a transparência da sua actuação. Recusamos mordomias inqualificáveis como a reforma aos 12 anos de serviço e os subsídios de reinserção, e defendemos em contrapartida a melhoria fundamental das condições do seu trabalho, em termos de gabinetes próprios, estruturas de apoio e de informação e, conseqüentemente, da obrigação de prestação de contas aos eleitores.



Bloco de Esquerda

Rua Febo Moniz, 13, r/c Esq, 1150 Lisboa T.3561788 F. 3144790 ip267518@ip.pt
Rua Dr. Alfredo Magalhães, 110, 1º, 4000 Porto T/F. 2002851
Rua Fernandes Tomás, 89, 3000 Coimbra T.834715 Rua dos Mercadores, 43A, 7000 Évora
Av. Alfredo da Silva, 102, 1º Esq, 2830 Barreiro Praça D. Duarte, 3500-119 Viseu
Loja 19 do C. C. Sotto Mayor, R. Francisco Duarte, 235, 4700 Braga T.617820 be_braga@yahoo.com
Rua Sotto Mayor, 7, 2ºE, 8000 Faro T.807938/9 F.812877 ip261070@ip.pt
Torre do Liceu, 3º, fracção A6-4900 Viana do Castelo R. do Município, It. H, 4ºC, 2410 Leiria
Tv. Almeida Garrett, 4-A (ao Lgo. do Tribunal), 7800-031 Beja T.09338481305 F.327842

<http://www.bloco-de-esquerda.pt>





Bloco de Esquerda

www.bloco-de-esquerda.pt